

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(De harmonia com o ponto 8.1 do POCAL e ponto III da Resolução n.º 4/2001-2.ª secção do Tribunal de Contas - D.R.II série, n.º 191, de 18/08/2001)

8.1.1. - Identificação:

- *Município de Mogadouro*
- *Número de Identificação Fiscal: 506851168*
- *Morada: Largo do Convento - 5200-244 - MOGADOURO*
- *Telefone / Fax - 279 340 100 - 279 341 874*
- *MAIL - geral@mogadouro.pt*
- *Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira e em termos de IVA a autarquia, aplica o regime da Afetação Real de periodicidade trimestral.*
- *N.º de Eleitores em 2016: 10.912 - D.R. n.º 43, II Série de 01/03/2017*

8.1.3. - Estrutura Organizacional

	<i>Data da aprovação</i>	<i>Data de publicação</i>	<i>Diário República</i>
<i>Estrutura Orgânica</i>	<i>21 de dezembro de 2012</i>	<i>17 de janeiro de 2013</i>	<i>N.º 12 - II Série</i>
<i>Mapa de Pessoal</i>	<i>Câmara</i>	<i>Assembleia</i>	
	<i>26/11/2013</i>	<i>20/12/2013</i>	

8.1.4. - Descrição sumária das atividades:

O Município de Mogadouro é uma autarquia que visa a prossecução de interesses próprios das populações respetivas, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei 75/2013 de 12 de Setembro, cujas atividades desenvolvidas durante o ano se encontram descritas nos Relatório de Gestão.

8.1.5.- Recursos Humanos – Órgão Executivo

De 1 de janeiro a 31 de dezembro

- Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães
- António Joaquim Pimentel
- Evaristo António Neves
- João Manuel dos Santos Henriques
- Joana Filipa Vicente Silva
- Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo Neves
- Virgínia Cordeiro Gomes Vieira

Desempenharam funções, em regime de permanência, os eleitos:

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro:

- Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães - Presidente
- Evaristo António Neves - Vice-Presidente
- Joana Filipa Vicente Silva - Vereadora
- Virgínia Cordeiro Gomes Vieira - Vereadora

8.1.6. - Organização Contabilística:

Os serviços de Contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada na Divisão Administrativa e Financeira, utilizando diariamente a aplicação POCAL da Medidata-Engenharias e Sistemas, S.A.. Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de

Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro).

8.1.7.- Outra informação (conforme Resolução n.º 4/2001)

Indicadores de Gestão:

<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i>	<i>8.489.695,00€</i>
<i>Fundo Social Municipal</i>	<i>177.796,00€</i>
<i>Participação fixa no IRS</i>	<i>130.718,00€</i>
<i>Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação</i>	<i>11.098.467,00€</i>
<i>Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação</i>	<i>5.556.249,73€</i>
<i>Despesas com pessoal do quadro</i>	<i>2.189.459,50€</i>
<i>Despesas com pessoal em qualquer outra situação</i>	<i>458.303,00€</i>

Ações Inspetivas:

- *Data da última ação: 28/11/2005*
- *Período abrangido: 01/07/2000 a 28/11/2005*
- *Entidade: I.G.A.T.*
- *N.º Processo: S.P.40800*

Sem relatório concluído por ter sido exercido o contraditório, decorreu uma inspeção levada a cabo pela I.G.A.L. que abrangeu vários períodos de acordo com exposição apresentada tendo início a 26/05/2011 e término a 03/08/2011 à qual foi atribuído o n.º. de processo S.P.40800-IO/2011.

Serviços Municipalizados:

- *Esta entidade não tem Serviços Municipalizados.*

Regulamentos/Diretivas/Internas:

- *Regulamento de Controlo Interno aprovado em 23/03/2004.*

Documentos de Gestão:

	<i>Data de Aprovação pelo Órgão Executivo</i>	<i>Data de Aprovação Órgão Deliberativo</i>
<i>Grandes Opções do Plano - 2016</i>	<i>27 de outubro de 2015</i>	<i>18 de dezembro de 2015</i>
<i>Orçamento para 2016</i>	<i>27 de outubro de 2015</i>	<i>18 de dezembro de 2015</i>
<i>Documentos de Prestação de Contas</i>		

8.2 NOTAS AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
8.2.1 Derrogação das disposições do POCAL

A presente prestação de contas é constituída, para além dos documentos que se encontram definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro - POCAL, - por um conjunto de outros não previstos no diploma legal supra referido, mas impostos pela Resolução n.º 04/2001- 2.ª Secção do Tribunal de Contas.

Todos os documentos foram elaborados sem prejuízo do legalmente estabelecido, para que estes reflitam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia.

O POCAL, obriga á existência simultânea e interligada de três sistemas contabilísticos designadamente a orçamental; a patrimonial e a de custos, em harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites e expressos no ponto 3.2 do POCAL "Princípios e Regras".

Aqui, pode-se colocar como exceção os procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura ainda não está implementada no Município de Mogadouro, porque para o seu pleno funcionamento, é necessário ter as aplicações de POCAL; provisionamento;

pessoal; gestão de imobilizado; máquinas e viaturas e gestão de atividades a trabalhar de forma integrada, o que ainda não acontece.

8.2.3 – Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente com as Existências, o Imobilizado e as Amortizações:

8.2.3.1 Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

O Ativo inclui os bens e direitos do Município, bem como os acréscimos e diferimentos - (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e encontra-se estruturado em três grupos.

As Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas estão contabilizadas pelo respetivo valor histórico de aquisição ou de produção.

Para efeitos de atualização e avaliação dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos Bens do Domínio Público da Autarquia e em cumprimento das disposições previstas no ponto 4.2 do POCAL "Existências", foi aprovado pela Assembleia Municipal de 30/06/2000, o Regulamento de Inventario e Cadastro do Património Municipal, que estabelece as regras, critérios, métodos e procedimentos para a inventariação e valorização dos bens do Município.

As amortizações são calculadas no último dia do ano, em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE através do método das quotas constantes, conforme artigo 26º do Regulamento da Autarquia.

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com o grau de acabamento e faturação das obras, transitando apenas os seus valores para o Imobilizado Corpóreo, após a receção provisória das obras.

Algumas rubricas do balanço sofrerem grandes alterações comparativamente com o ano anterior, principalmente pelas amortizações bem como pelas obras executadas durante o ano.

Houve ainda bens imóveis cuja vida útil foi aumentada devido a intervenções que sofreram.

No que respeita aos bens móveis, relacionados com bens que se tornaram inoperacionais, foram abatidos alguns bens no valor total de 2.595,05€.

Os Investimentos Financeiros (Partes de Capital e obrigações a títulos de participação) foram contabilizados pelo custo de aquisição e indicação da DGAL respetivamente.

Bens do domínio público

Os bens do domínio público com o valor líquido de 33.238.866,72€, registaram uma quebra de 2.094.525,20€ em relação ao ano anterior, resultante do aumento do valor das amortizações.

Imobilizações Incorpóreas

Este item, que regista o software informático e outras despesas e que têm uma elevada taxa de amortização, cujo valor é amortizado em 3 anos, regista uma diminuição de 76.448,05€ em relação ao ano de 2015.

Imobilizações corpóreas

Este capítulo, sendo o que contribui com a maior fatia do Ativo, regista o valor de 45.399.308,05€, com aumentos nas rúbricas de terrenos, equipamento administrativo e outras imobilizações corpóreas e diminuições nos edifícios e outras construções, equipamento básico, equipamento de transporte, ferramentas e utensílios e imobilizações em curso e apresentando no total, uma diminuição de 1.361.286,99€.

Investimentos Financeiros – Partes de Capital

A rubrica de "Partes de Capital" regista o valor de 703.209,96€, sendo que 6.490,98€, são relativos à participação no Laboratório Regional de Trás-os-Montes (3.740,98 €); e Resíduos do Nordeste (2.750,00 €) e 696.718,98€ ao Fundo de Apoio Municipal.

O mapa detalhado das Amortizações e Provisões, diz-nos que as amortizações acumuladas registam um aumento, em termos absolutos de 5.907.306,54€ face a 2015, apresentando no final do ano, o saldo final de 75.108.718,61€. Durante o ano em análise verificam-se 6.975.462,45€ de Amortizações e 1.068.155,91€ de Regularizações.

8.2.3.2 Amortizações e provisões

As imobilizações corpóreas estão valorizadas pelos valores de aquisição /produção, líquido das reintegrações acumuladas, e sujeitas a amortizações calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Ativo Circulante, representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto por três grupos - Existências, Dívidas a receber e Disponibilidades;

8.2.3.3 Existências

Encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou de mercado. O custo de aquisição inclui os gastos necessários para as colocar no seu estado atual.

O critério valorimétrico das saídas de existências é o custo médio ponderado, tendo sido utilizado o sistema de inventário permanente.

Não foram constituídas provisões para depreciação de existências, conforme o preceituado no princípio da prudência.

No final do ano, o armazém regista o valor de 191.188,11€, desagregado conforme o mapa seguinte refletido nas existências do Balanço, o que corresponde aos bens disponíveis em stock para em qualquer momento serem utilizados e ou aplicados na construção e manutenção da rede viária, rede de água e outros.

EXISTÊNCIAS - 2016	
<i>Ferramentas e utensílios de desgaste rápido</i>	2.050,09€
<i>Material de escritório</i>	31.644,57€
<i>Artigos para oferta</i>	2.300,40€
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	5.333,11€
<i>Material de transporte</i>	99,81€
<i>Material de educação, cultura e recreio</i>	82,85€
<i>Outros fornecimentos e serviços</i>	148.446,22€
<i>Produtos químicos</i>	1.231,06€
TOTAL	191.118,11€

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

<i>Movimentos</i>	<i>Mercadorias</i>	<i>Matérias-primas subsidiárias e de consumo</i>
<i>Existências iniciais</i>		194.532,76€
<i>Compras</i>		433.467,69€
<i>Regularização de Existências</i>		-732,12 €
<i>Existências finais</i>		191.188,11 €
<i>Custos no exercício</i>		436.080,22 €

8.2.3.4 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

Depósitos em instituições financeiras e Caixa

Depósitos em instituições financeiras- O valor de 3.041.726,69€, corresponde á disponibilidade em instituições financeiras, e refletidos no Resumo Diário da Tesouraria do último dia do ano. De referir que 472.147,40€ são referentes a operações de tesouraria principalmente cauções e ou reforços de garantia, significando portanto que este valor será restituído aos depositários aquando da conclusão das obras ou levantamento das cauções.

Caixa- O valor indicado nesta rubrica corresponde ao total dos meios de pagamento disponíveis na Tesouraria do Município e refletido no Resumo Diário de Tesouraria que no último dia do ano regista o valor de 1.907,21 €.

8.2.3.5 Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira;

As dívidas de terceiros são evidenciadas pelos valores das respetivas operações, líquido das respetivas provisões acumuladas.

Utentes- O valor de 155.951,19€, corresponde à dívida pelo consumo de água por parte dos utentes relativo a recibos debitados no final do ano.

Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa - O valor de 10.162,10€, corresponde às dívidas sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva, sendo já receita virtual e sobre a qual já foi emitida certidão de dívida. Estas dívidas são expressas pela importância constante dos documentos que as titulam e registam um aumento de 783,90€ em relação a 2015.

Estado e outros entes públicos - O valor de 33.031,64€ representa o montante do IVA a reembolsar do Estado, constituindo portanto uma receita do Município para o próximo ano.

8.2.3.6 Acréscimos e diferimentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na observância dos princípios contabilísticos no POICAL, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos. No passivo os acréscimos e diferimentos, subdividem-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos.

8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão na moeda “euro” das operações registadas em contas incluídas no Balanço e na Demonstração de Resultados originariamente exprimidas e moeda estrangeira.

Não existem.

8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

- Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 «Critérios de valorimetria»;

- Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas;

- Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

Não existem.

8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».

Os valores expressos na rubrica Despesas de investigação e de desenvolvimento contemplam os valores inerentes a estudos e projetos de infraestruturas.

PASSIVO

O passivo representa as obrigações presentes do Município e provenientes de acontecimentos passados. É constituído por três componentes, designadamente:

- Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo (empréstimos bancários);

- Dívidas a Terceiros a Curto Prazo - fornecedores de imobilizado e conta corrente; Estado e Outros Entes Públicos (Operações de Tesouraria e IVA) e Outros Credores (cauções e garantias bancárias e subsídios a outras entidades);

Património - Esta Conta reflete as variações do imobilizado, e altera apenas com a aplicação dos resultados pelo que o valor de 16.067.419,56€ não regista qualquer alteração.

Subsídios - Esta conta regista os subsídios recebidos a qualquer título, que não respeitem diretamente ao financiamento da despesa corrente nem ao financiamento de bens amortizáveis.

Os resultados transitados apresentam o valor final de 21.614.997,68€, ou seja uma diminuição de 2.537.687,87€ relativamente ao ano anterior.

Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo - O valor desta rubrica com 2.906.762,98€, diz respeito ao total da dívida com os empréstimos de médio e longo prazo contraídos nas várias instituições de crédito do capital utilizado até 31/12/2016, o qual comparativamente ao ano anterior, regista uma diminuição de 704.669,69€.

Dívidas a Terceiros – Curto Prazo

Fornecedores c/c e Fornecedores de Imobilizado c/c - Corresponde aos encargos assumidos e não pagos perante terceiros no montante global de 39.797,76€, o que representa um aumento de 38.032,46€ relativamente ao ano de 2015.

Outros Credores- O valor de 506.334,16€ corresponde ao valor cobrado pela Câmara a entregar a outras entidades e ao valor do Fundo de Apoio Municipal que não consideramos como dívida, por o valor estar incluído nas operações de tesouraria.

Garantias e Cauções- O valor global de 432.145,32€, corresponde ao total das cauções apresentadas, também refletidas nas operações de tesouraria e corresponde na sua maioria aos valores retidos pelo Município relativo a empreitadas.

Acréscimos e Diferimentos - A expressividade dos Acréscimos de Custos está basicamente vertida no valor contabilizado por via das remunerações a liquidar em 2017, cujo custo onera o exercício de 2016 (férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais), bem como outras contingências expectáveis, que pelo facto de não terem sido refletidas na execução orçamental do ano 2016, foram consideradas no Balanço. Assim o montante de 328.324,31€ corresponde a esses direitos e é ligeiramente inferior ao do ano anterior.

Proveitos diferidos - Corresponde ao valor arrecadado sobre obras participadas pela Administração Central e Fundos Comunitários e regista uma diminuição de 820.951,90€ em relação ao ano anterior. O valor desta rubrica (23.570.892,03€) será movimentado na conta de proveitos conforme a contabilização das amortizações do imobilizado a que respeitam, mostrando que no decorrer de 2016, o valor recebido de fundos Comunitários foi inferior ao valor amortizado nas obras financiadas.

827- 828 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Ativo Bruto

Rúbricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferência e abates	Saldo Final
Bens de Domínio Público	71.633.352,07	0,00	1.171.926,06	0,00	91.802,56	72.897.080,69
Terrenos e recursos naturais	687.739,30	0,00	2.575,80	0,00	0,00	690.315,10
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas:	70.764.506,76	0,00	32.577,55	0,00	994.094,53	71.791.178,84
Bens do património histórico, artíst. e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	181.106,01	0,00	1.136.772,71	0,00	-902.291,97	415.586,75
Adiantamentos p/ conta de bens dom. .público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Incorpóreas	805.298,32	0,00	52.230,33	0,00	-37.761,01	819.767,64
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	395.305,32	0,00	0,00	0,00	6.457,50	401.762,82
Propriedade industrial e outros direitos	125,30	0,00	278,69	0,00	-100,00	303,99
Software Informático	247.801,70	0,00	23.846,14	0,00	53.358,99	325.006,83
Imobilizações em Curso	162.066,00	0,00	28.105,50	0,00	-97.477,50	92.694,00
Adiantamentos p/ conta de imobil. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas	79.193.728,60	0,00	1.386.659,15	35.895,00	-253.915,79	80.290.576,96
Terrenos e recursos naturais	6.551.567,58	0,00	7.624,00	0,00	0,00	6.559.191,58
Edifícios e outras construções	54.527.770,65	0,00	130.335,29	0,00	923.552,43	55.581.658,37
Equipamento básico	11.646.698,89	0,00	56.793,85	0,00	-148.320,71	11.555.172,03
Equipamento de transporte	1.469.014,92	0,00	56.506,50	11.500,00	0,00	1.514.021,42
Ferramentas e utensílios	1.034.727,62	0,00	11.564,12	0,00	-331,32	1.051.960,42
Equipamento administrativo	1.477.604,53	0,00	58.997,33	24.395,00	48.417,29	1.560.624,15
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.527.930,61	0,00	64.712,72	0,00	140.131,23	1.732.774,56
Imobilizações em curso	958.413,80	0,00	994.125,34	0,00	-1.217.364,71	735.174,43
Adiantamentos p/ conta de imobil. corpóreas	0,00	0	0	0	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	703.209,96	0,00	696.718,98	0,00	0,00	703.209,96
Partes de capital	6.490,98	0,00	0,00	0,00	0,00	6.490,98
Obrigações e títulos de participação	696.718,98	0,00	0,00	0,00	0,00	696.718,98
Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos p/ conta de invest. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	152.335.588,95	0,00	2.610.815,54	35.895,00	-199.874,24	154.710.635,25

Amortizações e Provisões

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens do Domínio Público	36.299.960,15	4.191.727,92	833.474,10	39.658.213,97
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	36.299.960,15	4.191.727,92	833.474,10	39.658.213,97
Imobilizações Incorpóreas	468.318,36	128.678,38	37.761,01	559.235,73
Despesas de investigação e desenvolvimento	223.173,00	88.218,67	0,00	311.391,67
Propriedade industrial e outros direitos	125,30	0,00	0,00	125,30
Software Informático	245.020,06	40.459,71	37.761,01	247.718,76
Imobilizações Corpóreas	32.433.133,56	2.564.820,59	129.835,63	32.433.133,56
Edifícios e outras construções	17.230.819,03	2.081.175,48	0,00	19.311.994,51
Equipamento básico	11.268.746,58	166.444,12	147.114,55	11.288.076,15
Equipamento de transporte	1.087.509,86	83.616,75	11.500,00	1.159.626,61
Ferramentas e utensílios	649.531,98	100.957,91	1.815,56	748.674,33
Equipamento administrativo	1.282.475,19	109.852,42	30.088,94	1.362.238,67
Outras imobilizações corpóreas	914.050,92	113.009,47	6.401,75	1.020.658,64
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	69.201.412,07	6.975.462,45	1.068.155,91	75.108.718,61

8.2.9 - Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar Imobilizações

Os encargos de 5.677,43€ em juros, e 704.669,69€ em amortizações foram pagos na data dos respetivos vencimentos.

8.2.10 - Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado

Não se verificou a situação enunciada.

8.2.11 - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações

Não se verifica a situação enunciada.

8.2.12 - Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros - Contratos de Arrendamento

Nome	Morada	Designação	NIF
Maria Aurélia Pestana Pinto	Bairro Fundo Fomento, 2	Habituação Social	127076352
Aníbal António Lopes	Bairro Fundo Fomento, 3	Habituação Social	152071539
Ana dos Santos Aires	Bairro Fundo Fomento, 5	Habituação Social	148489435
Lídia José Rodrigues	Bairro Fundo Fomento, 6	Habituação Social	186160879
Natália Amelia Calvo Madaleno	Bairro Fundo Fomento, 9	Habituação Social	122836553
António dos Santos Fins	Bairro Fundo Fomento, 11	Habituação Social	132843374
José Joaquim Gomes	Bairro Fundo Fomento, 12	Habituação Social	144095599
Guilherme dos Santos Vaz	Bairro Fundo Fomento, 17	Habituação Social	156345510
Júlia Jesus Vicente Lázaro	Bairro Fundo Fomento, 21	Habituação Social	191821144
António Júlio Miguel	Bairro Fundo Fomento, 22	Habituação Social	134235967
Carolino dos Santos Picote	Bairro Fundo Fomento, 27	Habituação Social	140836861
José dos Santos Ribeiro	Bairro Fundo Fomento, 30	Habituação Social	177516763
José dos Santos Canhoto	Bairro Fundo Fomento, 31	Habituação Social	155592971
Inês de Fátima Vales	Bairro Fundo Fomento, 33	Habituação Social	181336987
Nuno Álvares Esperança	Bairro Fundo Fomento, 34	Habituação Social	163612420
Maria dos Anjos	Bairro Fundo Fomento, 35	Habituação Social	139878777
Alípio José Morgado Batista	Bairro Fundo Fomento, 36	Habituação Social	134235959
Maria Fernanda Batista Banj'Ali	Bairro Fundo Fomento, 37	Habituação Social	199906203
Irene Augusta Cordeiro	Bairro Fundo Fomento, 38	Habituação Social	165099399
Manuel da Graça	Bairro Fundo Fomento, 39	Habituação Social	168690799
Ramiro Norberto Monteiro	Bairro Fundo Fomento, 40	Habituação Social	102381305
Eduardo Miguel Mesquita Félix	Castro Vicente	Habituação Social	232381305
Moga Drink Bar Lda.	Casa das Artes	Bar	510619045
António Augusto Santos, Lda.	Central Camionagem	Escritório	502538813
Ana Cristina Estácio Tavares	Central Camionagem	Bar	217880819
Sociedade Funghal - Cogumelos de Portugal, Lda.	Zona Industrial	Cozinha Regional	506598640

Imobilizações implantadas em propriedade alheia;

- instalações de apoio à casa do chá - Concelho da Fábrica da Igreja de

Mogadouro;

- construção de balneários do polidesportivo do Variz - Freguesia de Penas Roias;

- requalificação de polidesportivos do concelho - Freguesias de Travanca, Paradela, Ventozelo, Meirinhos

8.2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos

Em 31/12/2016, o não existe qualquer bem em regime de locação financeira.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

As razões da impossibilidade de valorização dos bens do imobilizado, estão associadas à não existência de documentos de suporte e para os quais não foi possível atribuir um valor de mercado, nalguns casos porque são muito antigos e noutros porque os mesmos foram cedidos graciosamente.

8.2.15 - Identificações dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Os bens de domínio público não sujeitos a amortização são designadamente terrenos e recursos naturais e outros imóveis de património natural, pelo facto de não estar definido no Decreto-lei nº 671/2000 de 10 de Março.

8.2.16 - Identificação das entidades participadas

Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício conforme a seguir se identificam:



Douro Superior Associação de Desenvolvimento
Av. Combatentes da Grande Guerra
5160-217- TORRE DE MONCORVO
Participação detida: 500,00€
Capital Próprio: 201.683,31€
Resultado do último exercício (2016): 15.373,59 €

Laboratório Regional de Trás-os-Montes
Complexo do Cachão
5370-132 - CACHÃO
Participação detida: 4,56%
Capital Próprio: 564.264,08€
Resultado do último exercício (2016): 53.035,76€

Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos
Av. Combatentes da Grande Guerra
5160-217- TORRE DE MONCORVO
Participação detida: 6.000,00€
Capital Próprio: 810.585,72€
Resultado do último exercício (2016): -78.966,50€

IAREN-Instituto da Água da Região Norte
Rua Dr. Eduardo Torres, 229
4450-113 - MATOSINHOS
Participação detida: 299,28€
Capital Próprio: 2.172.962,18€
Resultado do último exercício (2016): -187.313,43€

Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano
Rua Visconde da Bouça
5301-903 - Bragança
Participação detida - 52.576,44€
Capital Próprio: 139.587,44€
Resultado do último exercício (2016): -14.861,93€

Associação Nacional de Municípios Portugueses
Av. Marnoco e Sousa, 52
3004-511 - Coimbra
Participação detida - 4.781,35€



Capital Próprio: 2.004.164,94 €
Resultado do último exercício (2015): 39.020,77€

Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.
Castelo de Santiago da Barra
4900-360 - VIANA DO CASTELO

Participação detida: 1.500,00€
Capital Próprio: 6.379.633,81€
Resultado do último exercício (2015): 820.472,13€

Associação de Municípios do Baixo Sabor
Rua Manuel Seixas, n.º 9
5160-290 - Torre de Moncorvo

Participação detida: 2.840,53€
Capital Próprio: Não Identificado
Resultado do último exercício: Não identificado

Territórios do Côa, Associação de Desenvolvimento Regional
Av. Heróis de Castelo Rodrigo, n.º 59
6440-113 - Figueira Castelo Rodrigo

Participação detida: 5.000,00€
Capital Próprio: 336.021,24€
Resultado do último exercício (2015): -11.480,29€

Agência de Energia de Trás-os-Montes
Avenida dos Aliados, 9
5400- Chaves

Participação detida: 6.741,51€
Capital Próprio: 2.108,87€
Resultado do último exercício (2015): 1.747,45€

Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás os Montes
Rua Visconde da Bouça, Ap. 238
5300-318 - Bragança

Participação detida: 9.950,00€
Capital Próprio: 69.509,62€
Resultado do último exercício (2015): -82.830,65€

Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro

Plaza Egidio S/N

37173 Trabanca

Participação detida: 1.000,00€

Capital Próprio: 364.183,15€

Resultado do último exercício (2016): 0,00€

8.2.17 Títulos Negociáveis e outras aplicações de Tesouraria

Relativamente aos elementos incluídos nas contas "Títulos Negociáveis" e "Outras Aplicações de Tesouraria", terão de mencionar, quando aplicável, a sua natureza, entidades, quantidades e valores do Balanço:

Da análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, tal não é aplicável, pois a conta 18.1 "Aplicações Financeiras" em 31/12/2016 apresenta-se saldada.

8.2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Em 31/12/2016 não existiam Outras Aplicações Financeiras.

8.2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não existem.

8.2.20 - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou de mercado.

Não existem.

8.2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não existem.

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

No ano 2016, foram feitas provisões para cobranças duvidosas por existirem dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses. O valor total da provisão ascende a 768,23€.

8.2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Não existem.

8.2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não é aplicável pela análise feita e demonstrada ao Balanço e às Demonstrações Financeiras.

8.2.25 - Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Não existem dívidas ao Estado em mora.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

Código e designação das contas	Saldo da gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Garantias e cauções		1.177.215,46€	61.853,31€	54.911,66€		1.170.273,81€
Recibos para cobrança	31.702,65€		84.469,61€	82.917,48€	33.254,78€	
Total	31.702,65€	1.177.215,46€	143.655,22€	137.829,14€	33.254,78€	1.170.273,81€

As responsabilidades por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança encontram-se identificados no mapa de contas de ordem.

O Município deu as receitas municipais (consignação de receita) como garantia, às seguintes entidades:

Garantias – Outras Garantias

Instituição Bancária	Data Início	Data Fim	Tipo Garantia	Montante Contratado
CGD	06/03/2009	05/09/2017	Consignação da Receita Municipal	10.000,00 €
CGD	28/10/2008	27/04/2017	Consignação da Receita Municipal	1.000,00 €
CGD	28/10/2008	27/10/2017	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €
CGD	02/04/2012	02/04/2017	Consignação da Receita Municipal	5.000,00 €
CGD	28/10/2008	27/04/2017	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €
CGD	04/06/2015	04/06/2017	Consignação da Receita Municipal	1.000,00 €
CGD	06/03/2009	05/09/2017	Consignação da Receita Municipal	7.500,00 €
CGD	06/03/2009	05/09/2017	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €

Para assegurar o reembolso do capital e o pagamento dos juros e dos demais encargos dos empréstimos, o Município deu como garantia às instituições de crédito as receitas municipais que não se encontrem legalmente consignadas, nomeadamente:

Garantias – Empréstimos Bancários

Instituição Bancária	Empréstimo n.º	Tipo Garantia	Valor Dívida 31/12/2016
CGD	42476091	Consignação da Receita Municipal	624.443,93 €
CGD	21606091	Consignação da Receita Municipal	28.857,25 €
CGD	46498091	Consignação da Receita Municipal	421.425,54 €
CGD	21622091	Consignação da Receita Municipal	29.361,15 €
CGD	21584091	Consignação da Receita Municipal	56.559,65 €
CGD	21630091	Consignação da Receita Municipal	71.498,28 €
CGD	32367091	Consignação da Receita Municipal	234.524,18 €
CGD	21592091	Consignação da Receita Municipal	14.339,05 €
CGD	49470091	Consignação da Receita Municipal	511.786,05 €
CCAM	39840562	Consignação da Receita Municipal	111.999,83 €
CCAM	46025417	Consignação da Receita Municipal	18.226,48 €
CCAM	36254663	Consignação da Receita Municipal	25.972,09 €
CCAM	61285996	Consignação da Receita Municipal	757.769,50 €

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Código das contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	22.324,45€	768,23€	0,00	23.092,68€
292	Provisão para riscos de encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
	2016	2015
51 Património	16.067.419,56€	16.067.419,56€
55 Ajust. de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56 Reservas de Avaliação	0,00	0,00
Reservas:	0,00	0,00
571 Reservas legais	0,00	0,00
572 Reservas estatutárias	0,00	0,00
573 Reservas contratuais	0,00	0,00
574 Reservas livres	0,00	0,00
575 Subsídios	18.725.379,04€	18.719.205,81€
576 Doações	300,00€	300,00€
577 Reservas decorrentes de transf. Ativos	0,00	0,00
59 Resultados transitados	<u>21.614.997,68€</u>	<u>24.152.685,55€</u>
Subtotal-----	56.408.096,28€	58.939.610,92€
Resultado líquido do exercício	-1.137.663,34€	-2.637.427,52€
Total dos Fundos Próprios	55.270.432,94€	56.302.183,40€

As variações verificadas na rubrica de Fundos Próprios, estão diretamente relacionadas com a acumulação do resultado líquido do exercício.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	194.532,76€
Compras	0,00	433.467,69€
Regularizações de existências	0,00	-732,12€
Existências Finais	0,00	191.188,11€
Custo no Exercício		436.080,22€

8.2.30 - Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016/12/31	2015/12/31			2016/12/31	2015/12/31
681	Juros Suportados	5.677,43	16.700,64	781	Juros obtidos	36,00	1.631,95
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortização de investimento imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de Imóveis	782.477,43	520.826,44
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de Participações capital	6.818,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferença de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Desc. de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros Custos e perdas financeiras	3.222,51	3.064,01	787	Ganhos nas aliena. aplicaç. Tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Subtotal	8.899,94	19.764,65				
	Resultados Financeiros	780.431,67	502.693,74		Total		
	Total	789.331,61	522.458,39			789.331,61	522.458,39

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários:

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016/12/31	2015/12/31			2016/12/31	2015/12/31
691	Transferências capital concedidas	216.811,22	256.369,76	791	Restituição de Impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,0	7.640,00	792	Recuperação de Dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	863,93	1.353,83	793	Ganhos em existência	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	2.595,05	3.948,84	794	Ganhos Imobilizações	5.199,02	14.221,14
695	Multas e Penalidades	1.903,59	240,00	795	Benefícios penal. contratuais	12.347,69	12.721,10
696	Aumentos Amortizações Provisões	40,46	0,00	796	Reduções Amortiz. Provisões	773.396,31	702,17
697	Correções relativas a exercícios anteriores	204,78	290,42	797	Correções relativas a exercícios anteriores	23.924,59	26.725,88
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	36.586,22	3.732,26	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinário	1.572.530,95	1.587.477,80
	Subtotal	259.005,25	273.575,11				
	Resultados Extraordinários	2.128.393,31	1.368.272,98		Total		
	Total	2.387.398,56	1.641.848,09			2.387.398,56	1.641.848,09

Encargos com o Revisor Oficial de Contas:

<i>2015</i>	<i>2016</i>
<i>6.642,00€</i>	<i>6.642,00€</i>

Em anexo encontram-se os seguintes mapas:

- *Balanço*
- *Demonstração de Resultados*
- *Demonstração de Resultados Financeiros*
- *Demonstração de Resultados Extraordinários*
- *Ativo Bruto*
- *Amortizações e Provisões*
- *Mapa Geral dos Bens Móveis Abatidos*
- *Mapa dos bens sem valorização*
- *Mapa de Imobilizações em curso*
- *Resumo da Execução da Receita e Despesa*
- *Mapa de Controlo Orçamental da Receita*
- *Mapa de Controlo Orçamental da Despesa*
- *Fluxos de Caixa*
- *Mapa de Operações de Tesouraria*
- *Mapa das Contas de Ordem*
- *Caracterização da entidade*
- *Mapa dos Empréstimos*
- *Contratação Administrativa - Situação dos Contratos*
- *Síntese das Reconciliações Bancárias*
- *Relação Nominal de Responsáveis*
- *Execução das Grandes Opções do Plano*
- *Execução do Plano Plurianual de Investimentos*
- *Execução do Plano de Atividades Municipais*
- *Modificações às Grandes Opções do Plano*
- *Modificações ao Orçamento da Receita e da Despesa*
- *Mapa de Outras Dívidas a Terceiros*
- *Mapa de Transferências Correntes - Receita*
- *Mapa das Transferências de Capital - Receita*
- *Mapa de Transferências Correntes - Despesa*
- *Mapa das Transferências de Capital - Despesa*
- *Relação dos encargos assumidos e não pagos*



- *Resumo Diário de Tesouraria*
- *Fundos de Maneio*
- *Mapas das Reconciliações bancárias*
- *Notas demonstrativas com respetivas certidões*
- *Declaração agregada de recebimentos em atraso*
- *Mapa das Participações em Entidades não Societárias*
- *Mapa das Participações em Entidades Societárias*
- *Declaração nos termos da Resolução n.º 44/2015 do Tribunal de Contas*
- *Mapa das Existências em Armazéns*
- *Mapa de inventário*